

A instabilidade da percepção democrática no Estado Plurinacional da Bolívia em 16 anos

CAROLINA BASTOS E LÍVIA MANSO

Desde sua fundação, a Bolívia já passou por mais de 180 tentativas de golpe de Estado, entre as bem-sucedidas e as falhas (Lambert, 2019). As constantes crises políticas eram, frequentemente, acompanhadas por crises representativas: o governo era utilizado para materializar os interesses de elites brancas, mormente, ligadas à atividade extrativa, em detrimento das demandas da maioria camponesa e indígena (Pannain, 2018). Nesse viés, produziu-se um distanciamento entre a sociedade civil e a sociedade política, sendo esta última incapaz de reproduzir a pluralidade da identidade e dos anseios da primeira.

Face a esse contexto, a promulgação de uma nova Constituição em 2009 teve o intuito de contornar essas entraves à prática democrática ao incluir as camadas historicamente marginalizadas no centro das decisões políticas. A presente análise, entretanto, tem o fito de demonstrar que, apesar do aumento da percepção democrática durante os primeiros anos da regência da Carta Magna, seus ideais de participação logo foram deixados de lado para dar espaço a um novo ciclo de instabilidades.

A Bolívia pré-Morales: uma sociedade civil apartada da política

A partir do estabelecimento do sufrágio universal, em 1952, a grande massa da população indígena e camponesa passou a compor uma vultosa parcela de votantes no país (Klein, 2016, p. 347 apud Ribeiro, 2022, p. 50). Desse modo, os governos seguintes, com vista a garantir votos, passaram a ouvir e sinalizar o cumprimento de suas demandas por educação, moradia, energia elétrica, saneamento, e apoio

econômico geral (Klein, 2016, p. 347 apud Ribeiro, 2022, p. 50). Não obstante, a indicação era falsa, posto que a administração continuava voltada aos interesses da elite branca mineira que controlava a principal atividade econômica do país.

Nas décadas de 1980 a 1990, a onda neoliberal que assolou o país também não apresentou uma preocupação real com a ampliação da democracia participativa (Ribeiro, 2022, p. 23). Nesse contexto, era estipulada uma democracia pactuada entre os partidos, que garantia, em segundo turno, a escolha do presidente ao Congresso e impossibilitava o Executivo de se eleger independentemente (Ribeiro, 2022, p. 60). Dessa maneira, tal dinâmica restringia-se a cumprir os interesses dos partidos das coalizões, os quais factualmente possuíam poder decisório nas eleições, evidenciando uma dissonância entre a representação dos interesses dos setores políticos e econômicos mais prósperos e os das etnias minoritárias e dos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente (Pannain, 2018). À vista disso, a Constituição de 1994 afirmou a igualdade dos cidadãos por intermédio do reconhecimento do multiculturalismo nacional. Essa ação, apesar de ainda homogeneizar a pluriétnica dos povos, fomentou a emergência de partidos políticos indígenas e do movimento cocalheiro contrários às políticas neoliberais (Pannain, 2018; Schavelzon, 2014).

Frente a isso, no início dos anos 2000, emergiram episódios de mobilização de populações marginalizadas — a partir da união da população indígena pela proteção de recursos naturais contra políticas neoliberais de privatização durante as Guerras da Água (2002) e do Gás (2003) — pela formação de territórios com autogoverno indígena e em defesa de um Estado que findasse a política de privatização de empresas estatais (Pannain, 2018). Diante dos protestos, as elites, com a fonte de renda abalada, retiraram o apoio ao governo, o que viabilizou um cenário propício à ascensão do partido Movimiento al Socialismo (MAS) (Pannain, 2018).

As oscilações na democracia de Evo Morales

As eleições de 2005 romperam enfim com o período de democracia pactuada: pela primeira vez desde 1982, um

presidente era eleito com a maioria dos votos válidos. A posse de Juan Evo Morales Ayma, filiado ao MAS, marcou o governo do primeiro presidente indígena, ligado a associações cocaleiras, em toda América do Sul. Durante sua gestão, os movimentos sociais alcançaram seu ápice, dado que abriu portas para a inserção de indígenas e camponeses no debate político (Ribeiro, 2022, p. 71) e para a participação direta da sociedade civil nos processos de accountability e policy making na estrutura do Estado.

Nesse ínterim, a promulgação da Constituição, em 7 de fevereiro de 2009, transformou a Bolívia em um Estado “Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias” e fundado “na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico” (Bolívia, 2009, Art.1). Esta denominação refletiu uma mudança nas prioridades estatais. Em primeiro lugar, a nova Carta, sob uma ótica decolonial, concedeu autonomia às comunidades indígenas – reconhecidas agora por termos de plurinacionalidade e interculturalidade – para conduzir suas eleições conforme suas próprias tradições (Klein, 2016, p. 376 apud Ribeiro 2022, p. 76). Em segundo lugar, estipulou a nacionalização das empresas exploratórias de commodities de exportação, retendo o capital no país. Em terceiro, promoveu o acesso à terra às camadas mais pobres da população por meio de uma nova Reforma Agrária, que limitava o tamanho das propriedades rurais, garantia a propriedade privada segundo a necessidade social e promovia uma agenda ambiental de proteção do meio ambiente (Angelo, 2019). Somado a isso, eliminou constitucionalmente a democracia pactuada ao designar que o segundo turno seria feito por intermédio de eleição popular e o voto seria obrigatório a todos os bolivianos acima de 18 anos. Dessa maneira, o projeto político democrático-participativo superava uma mera representação da sociedade civil ao posicioná-la no centro das decisões políticas e reconhecer suas diferentes ideias, visões e concepções de mundo.

Sob essa ótica, o crescimento da percepção democrática foi ratificado pelo bom desempenho econômico do país com o aumento do preço das commodities no mercado internacional no início do século XXI (Dulci; Malheiros, 2024, p. 433-434; Moreno, 2023). Assim, a nacionalização das jazidas de exploração de hidrocarbonetos proporcionou uma grande acumulação para o Estado, que foi convertida em investimento em programas sociais com foco na redistribuição de renda e diminuição da pobreza e da desigualdade (Ribeiro, 2022, p. 81-82). Contudo, o enfoque

governamental neoextrativista entrou em conflito com as demandas indígenas pela conservação da terra, paulatinamente deixadas de lado. Esse fator culminou na diminuição do apoio ao MAS e na divisão interna desses povos (Cunha Filho, 2016, p. 298 apud Ribeiro, 2022, p. 82).

Face ao exposto, é notória a fragilização dos laços democráticos no país. Nessa senda, um fator determinante foi o Plebiscito de 2016 (Avritzer, 2019), no qual Evo Morales consultou a população sobre a possibilidade de uma segunda reeleição consecutiva para um quarto mandato. Seu primeiro governo iniciou-se em 2006, e renovou-se com as eleições realizadas após a promulgação da Constituição de 2009. Assim, Morales governou até 2019 e, em 2016, buscava legitimar sua permanência no poder a partir de uma reforma da constituição vigente (Stefanoni, 2023). Não obstante o resultado negativo da população quanto à proposta, sua candidatura foi forçada pelo partido e autorizada pelo Tribunal Eleitoral nacional em 2017 (Ramos, 2019). A tentativa de alteração constitucional suscitou questionamentos sobre a fidelidade aos princípios democráticos do governo Morales. As instituições estavam fragilizadas (Avritzer, 2019) e as promessas do início do mandato pareciam ter sido abandonadas, minadas numa tentativa falha de conciliação dos interesses das comunidades camponesas e indígenas e das elites mineiras e extrativistas, batalha na qual a última, repetidamente, sai vencedora (Ribeiro, 2022).

Diante dessa conjuntura, Evo lançou oficialmente, em 2019, sua candidatura e venceu, novamente, em uma eleição conturbada. Durante a noite após a votação, com quase 84% dos votos apurados, o Tribunal Superior Eleitoral interrompeu a contagem abruptamente, sob o encaminhamento de segundo turno, e só a retomou no dia seguinte, quando foi declarada a vitória de Morales com mais de 10 pontos percentuais sobre Mesa (Ramos, 2019). À vista do resultado apresentado, a Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmou haver irregularidades e manipulações nas votações (Ramos, 2019) e solicitou a realização de um segundo turno (G1, 2019). Nesse contexto, pressionado pelos militares, no mesmo dia que declara a realização de novas eleições, Evo sofre um golpe da aliança oposicionista da ala direitista, da polícia e das Forças Armadas, que o força a renunciar (G1, 2024). A presidência foi, então, assumida, sob uma pauta conservadora e desarticuladora em relação às ações de Morales, por Jeanine Áñez, vice-presidente do Senado. Esta permaneceu no cargo até 2020, quando Luis Arce Catacora foi eleito presidente no primeiro turno após um

comparecimento histórico às urnas, o que o fez afirmar que se havia recuperado a democracia (Ferraz, 2020).

Evismo, arcismo e a fragmentação do MAS na era pós-pandemia

A candidatura de Arce à presidência em 2020 havia sido idealizada pelo MAS como uma espécie de governo transitório que permitiria o retorno às raízes partidárias, centradas na figura política de Evo Morales, e ao poderio no Estado boliviano (Molina, 2023). Tal movimentação política havia sido premeditada para que a presença de Arce, desprovida de base social, não posasse uma ameaça às estruturas já bem-estabelecidas e à força política de Morales, que fundamentou a ascensão e a estabilidade do MAS no poder (Molina, 2022; Molina, 2023). A escolha do candidato, nesse ínterim, demonstrava uma pretensão do partido de manter-se no poder boliviano nos moldes construídos ao longo do governo anterior.

Entretanto, a articulação com David Choquehuanca, líder indígena com forte repercussão política e desavenças com Evo Morales, minou os planos partidários originais, politicamente fortalecendo Arce mais que o previsto (Molina, 2023). Arce e Choquehuanca, após um período eleitoral em que evitaram sequer mencionar o nome do chefe de seu partido, assumiram o poder sob o objetivo de conter a direita na Bolívia e preservar o modelo socioeconômico vigente (Molina, 2023). Logo no início do mandato, quebrou-se o ideário de que o ex-presidente exerceria maior poder após as eleições, com a implementação de medidas que limitavam o alcance de Morales no governo, como a exclusão de figuras emblemáticas do evismo (Stefanoni, 2023). Nesse ínterim, iniciou-se o cenário conturbado que contrapõe e desmobiliza o MAS e a esquerda boliviana — uma disputa entre Evo Morales e Luis Arce pelo poder, pela influência partidária e pela corrida presidencial de 2025 (Stefanoni, 2023).

Rapidamente, a dinâmica de controle estatal revelou-se determinante, permitindo ao governo dividir organizações sociais e frear os avanços de Morales, mesmo com seu controle hegemônico sobre o MAS (Stefanoni, 2023). Em 2022, Arce demonstrou seu poder ao país e ao partido ao

mandar prender Luis Fernando Camacho, líder de direita e governador de Santa Cruz, por seu envolvimento no golpe de 2019 (Stefanoni, 2023). A partir de então, as relações entre aqueles que apoiam Morales — evistas — e aqueles que apoiam Arce — arcistas — apenas se deterioraram. À vista disso, o cenário político boliviano enfrenta uma série de acusações cruzadas de envolvimento em golpes, operações de corrupção e pactuação com a direita. Nesse contexto, em 2023, decisão do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) revogou o direito de terceira reeleição por uma mesma figura política, impossibilitando uma provável candidatura de Morales em 2025, o que foi denunciado pelo ex-presidente como uma manobra para impedi-lo de buscar o poder (Stefanoni, 2023).

Ainda, o cenário econômico deteriorado agrava a percepção social acerca do país e da crise. A Bolívia, país que viu grande e estável crescimento econômico ao longo da última década, hoje encontra-se em um contexto em que apenas 5% da população acredita que o país está progredindo (Lationobarómetro, 2024, p. 26-27). Nesse viés, o modelo que antes impulsionava as decisões políticas e a apreciação social passou a demonstrar falhas em março de 2023, com evidências de uma grave escassez de dólares na economia e uma ascensão de mercados paralelos da moeda, além de uma rápida diminuição das reservas internacionais (Paúl; Prazeres, 2024). A crise institucional do partido governante, agravada pela crise política gerada por sua desmobilização, foi ainda acentuada pelas crises financeira e econômica. A sociedade passou a mobilizar-se, organizando longas marchas, manifestações e bloqueios que urgiam por melhorias e mudanças no cenário econômico. Contudo, o presidente, apesar da movimentação social, reforçou a noção de que a crise estava sendo manipulada como forma de deslegitimá-lo e derrubá-lo (Paúl; Prazeres, 2024; Molina, 2024).

Sob tal panorama, as tensões entre Arce e Morales escalaram quando uma nova tentativa de golpe de Estado foi empreendida pelas mãos do general Juan José Zúñiga, então comandante do Exército (Molina, 2024). Na tarde de 26 de junho, após dias conturbados de acusações de Morales ao comandante e de pronunciamento público contrário ao ex-presidente, Zúñiga, destituído, marchou sobre a praça Murillo, em traje de combate, demandou a soltura de presos políticos e intentou golpe de Estado (Molina, 2024). A ação, logo desmobilizada, provocou apreensão nacional e internacional e passou a ser usada como ferramenta narrativa de discursos políticos antagônicos. Arce, em paralelo ao golpe sofrido por Morales, retratou a ação como

manobra pelo controle de recursos estratégicos (Prazeres, 2024; Molina, 2024). Diante disso, enquanto opositores de direita levantaram a hipótese de um autogolpe (Molina, 2024), Morales questionou as denúncias do presidente e a veracidade de um golpe sem tiros ou mortos (Opinión, 2024). As denúncias cruzadas permaneceram em 2024 e 2025.

A instabilidade se estabeleceu no poder e nas instituições bolivianas. Analogamente a José Rodríguez, ex-presidente da Corte Nacional e Eleitoral da Bolívia, três palavras que definem o contexto boliviano são “crise, polarização e incerteza” (2024, tradução nossa), e o cenário para o ano e as eleições de 2025 pode ser descrito da mesma maneira. As manifestações sociais são utilizadas como armas políticas, e a população já carece de esperança. Dados de 2024 demonstram que o apoio à democracia caiu de 51% a 47% entre 2023 e 2024 no país, sendo que 40% dos entrevistados pediram por mudanças radicais (LATINOBARÓMETRO, 2024, p. 29-32). Frente a isso, as eleições de 2025 seguem incertas e polarizadas, em meio a um cenário de crise social, econômica e política. A Constituição firma-se como guia, mas decisões políticas colocam em xeque seus valores fundamentais.

Considerações finais

A Bolívia, em sua Constituição Política do Estado (CPE), promulgada em 2009, prezou por um Estado unido e diverso, plurinacional renascido, governado em estabilidade e harmonia. Foi símbolo de um novo cenário político, após décadas de uma sucessão de golpes e de uma democracia pactuada que retirava das mãos da população o centro do poder político. A Carta prometeu autonomia aos povos indígenas, interculturalidade, nacionalização de recursos e um projeto democrático-participativo que incluísse fundamentalmente grupos e camadas sociais em suas políticas e práticas.

Todavia, o país hoje perpassa uma grave crise política, social e econômica que abala instituições e figuras construídas ao longo do processo constituinte e democrático do governo Morales. No centro das tensões, encontra-se uma ruptura do partido que alcançou e manteve o poderio por uma década. Nessa perspectiva, a fragmentação política cria um discurso fragilizado de representação e inclusão, que exclui os direitos sociais em prol de um desenvolvimento

econômico, o qual muito menos tem sido alcançado.

Por fim, a desmobilização da esquerda boliviana, representada fundamentalmente nos movimentos sociais que formam o MAS, abre espaço para uma mobilização reacionária, que põe em risco qualquer construção democrática que tenha sido desenvolvida desde a promulgação constitucional. O golpe de 2019 e sua tentativa em 2024 demonstram uma vulnerabilidade da democracia boliviana, que oscila entre a manutenção dos direitos fundamentais e dos interesses de grupos dominantes.

Referências

AFP. **Arce ignora Morales e diz que luta pela Presidência da Bolívia será com a direita.** 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/01/22/arce-ignora-morales-e-diz-que-luta-pela-presidencia-da-bolivia-sera-com-a-direita.htm>. Acesso em: 10 fev. 2025.

AFP. **Evo Morales exige que Arce troque Gabinete em 24 horas 'se quiser continuar governando' a Bolívia.** 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/23/evo-morales-e-apoiadores-chegam-a-la-paz-apos-quase-uma-semana-marchando-contra-presidente-arce-protesto-soma-34-feridos.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

AFP. **Presidente da Bolívia acusa ex-aliado Evo Morales de preparar 'golpe' com convocação de marchas e bloqueios.** 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/09/16/presidente-da-bolivia-acusa-ex-aliado-evo-morales-de-preparar-golpe-com-convocacao-de-marchas-e-bloqueios.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ANGELO, T. Referendo constitucional que refundou Bolívia como Estado plurinacional faz 10 anos. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/referendo-constitucional-que-refundou-bolivia-como-estado-plurinacional-faz-10-anos>. Acesso em: 10 fev. 2025.

AVRITZER, L. Eleição, golpe e usurpação de poder: o caso boliviano. **Nexo**, 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2019/Lei%C3%A7%C3%A3o-golpe-e-usurpa%C3%A7%C3%A3o-de-poder-o-caso-boliviano>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado.** 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em 26 de março de 2024.

BURGOA, K. Instabilidade e incertezas: como ficou o mundo político da Bolívia após a tentativa de golpe de Estado. **Brasil de Fato**, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/12/instabilidade-e-incertezas-como-ficou-o-mundo-politico-da-bolivia-apos-a-tentativa-de-golpe-de-estado>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CNN. **Justiça na Bolívia ordena prisão de Evo Morales, diz agência.** 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/justica-na-bolivia-ordena-prisao-de-evo-morales-diz-agencia/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Referências

COSTA, L. D. S.. A origem da crise na Bolívia. **Gazeta do Povo**, 2024. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaos/artigos/origem-crise-bolivia-america-latina/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R.. Políticas de combate à fome na Bolívia Plurinacional: uma análise a partir da obra de Josué de Castro. **Revista Fênix**, 2024. 427-454 p. v. 21.

FERRAZ, M. "Recuperamos a democracia", diz Arce após boca de urna apontar vitória na Bolívia. **Poder360**, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/recuperamos-a-democracia-diz-arce-apos-boca-de-urna-apontar-vitoria-na-bolivia/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. **Evo Morales é reeleito na Bolívia no primeiro turno, indica apuração oficial**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/24/apuracao-termina-na-bolivia-e-indica-que-evo-morales-foi-reeleito.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. **Em 2019, golpe militar na Bolívia fez Evo renunciar à Presidência**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/em-2019-golpe-militar-na-bolivia-fez-evo-renunciar-a-presidencia.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

G1. **Bolívia já teve 194 tentativas de golpe na história, diz pesquisador**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/bolivia-ja-teve-194-tentativas-de-golpe-na-historia-diz-pesquisador.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LAMBERT, R.. Un golpe de Estado demasiado fácil en Bolivia. **Le monde diplomatique**, 2019. Disponível em: <https://mondiplo.com/un-golpe-de-estado-demasiado-facil-en-bolivia>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MOLINA, F. Bolivia: un golpe en medio de la tormenta. **Nueva Sociedad**, n. 312, julho - agosto de 2024. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/312-bolivia-un-golpe-en-medio-de-la-tormenta/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MOLINA, F. Evistas versus arcistas: Guerra abierta en el MAS boliviano. **Nueva Sociedad**, n. 307, setembro - outubro de 2023. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/307-evistas-versus-arcistas/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MOLINA, F. O MAS boliviano já não dança só ao ritmo de Evo. **Nueva Sociedad**, n. 301, p. 81-90, setembro - outubro de 2022. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/EP22-MAS-boliviano->

Referências

evo/. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MORENO, D. E.. **Analysis of Trends in Democratic Attitudes: Bolivia Report**. National Opinion Research Center (NORC). University of Chicago, 2023. Disponível em: https://www.norc.org/content/dam/norc-org/pdfs/LACLEARN%20-%20Analysis%20of%20Trends%20in%20Democratic%20Attitudes%20-%20Phase%20II%20-%20Bolivia_508.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

Opinión. **‘Qué clase de golpe será, ministros felices, paseando en la plaza’, dice Evo sobre toma militar**. 2024. Disponível em: <https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/que-clase-golpe-sera-dice-evo-toma-militar-plaza-murillo/20240628142957949084.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PRADO, G. Situação política e econômica da Bolívia preocupa Itamaraty. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/situacao-politica-e-economica-da-bolivia-preocupa-itamaraty/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PANNAIN, R. N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. **Lua Nova**, n. 105, 2018, pp. 287-313.

PAÚL, F.; PRAZERES, L. Bolívia: 3 fatores para compreender a crise política e econômica por trás da tentativa de golpe. **BBC**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czvxln4k80o>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PRAZERES, L. Tentativa de golpe foi para controlar recursos estratégicos da Bolívia, diz presidente boliviano Luis Arce. **BBC**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckmgdvle7llo>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RAMOS, D.. ¿Cómo se desató la crisis de la democracia en Bolivia?. **Reuters**, 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/americas/cmo-se-desat-la-tesis-de-la-democracia-en-bolivia-idUSKBNIXK0GC/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBEIRO, A. S.. **Prática democrática na Bolívia contemporânea: indo além das concepções hegemônicas?**. 2022. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RODRÍGUEZ, J. L.E. La crisis boliviana y el tiempo de las cosas pequeñas. **Nueva Sociedad**, setembro de 2024. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/bolivia-y-el-tiempo-de-las-cosas-pequenas/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

Referências

SASSE, E. R.. Racha no partido de Morales ameaça democracia na Bolívia. **DW**, 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/racha-no-partido-de-morales-amea%C3%A7a-democracia-na-bol%C3%ADvia/a-70268344>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SCHAVELZON, S.. **Cosmopolítica constituinte da complexidade na bolívia**: a constituição “aberta” e o surgimento do estado plurinacional. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Revista de Estudos em Relações Interétnicas, 2014. v. 18. n. 1.

STEFANONI, P. La «ch'ampa guerra» del MAS boliviano. **Nueva Sociedad**, dezembro de 2023. Opinión. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/la-champa-guerra-del-mas-boliviano/> Acesso em: 26 de março de 2025.